

FORMAÇÃO CIDADÃ: UMA REFLEXÃO SOBRE PRINCÍPIOS E VALORES NO CONVÍVIO SOCIAL

Darlene Limongi Borges¹

RESUMO

Este artigo aborda o papel da cidade no desenvolvimento das relações sociais, na construção da cidadania. A ética ganha destaque por possibilitar a convivência entre os seres humanos, ao ajustar o espaço de cada um, na medida em que reguarda a dignidade do outro. No entanto, longe de esgotar a temática, este estudo é um convite ao questionamento sobre a identidade que o cidadão adquire para contemplar seu imaginário, seus valores e convivência social. Portanto, antes de tudo, os esforços estão em despertar o olhar para o tipo de cidadão que representamos.

Palavras-chave: cidadania, ética, imaginário, convivência social

Ao lidarmos com as sensibilidades percebemos e traduzimos experiências individuais e coletivas, que atingem o mundo das sensações, tentativas e subjetividade e isso qualifica a realidade ao expressar os sentidos individuais e comunitários que construíram a história da humanidade, portanto, a vida em comunidade.

Dessa forma, compartilhar com outros, ser social é o que possibilita ampliar a visão de mundo, de existência nele, portanto, de cidadania. A origem da palavra cidadania está ligada à cidade, ao convívio, à comunicação entre pessoas, ao bem comum que constrói a comunidade que pode estar presente em diferentes espaços geográficos. Assim, pensar o que é cidade exige direcionar o nosso olhar à sociedade; já que ela se constrói da relação entre espaço e ação humana, do processo de transformação do espaço natural pelo trabalho humano. A cidade é resultante do espaço geográfico, ou seja, está inserida em um espaço que sofreu e que sistematicamente sofre a intervenção humana. Santos (1986, p. 119) destaca que o espaço geográfico resulta quando “a natureza natural onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano”, espaço para o exercício da cidadania. Conforme Henry Lefebvre (2006, p. 98) “A cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática”.

Desde sua origem, a cidade representa a relação entre organização territorial e política. Consequentemente, ser morador da cidade é sair do isolamento e compartilhar com os demais, ruas, calçadas, praças e tantos outros lugares de livre acesso e sobre o controle da autoridade político-administrativa.

¹ Docente do curso de Pedagogia da Faculdade Araguaia.

Sendo a cidade representação do espaço construído, que mantém seu movimento através das manifestações sociais, é percebida pelas suas desigualdades, pois se difere e projeta espaços díspares, em decorrência dos contrastes sociais. Carlos (1994b, p. 23) destaca que a cidade é um produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos.

Todas essas considerações nos permitem afirmar que já nascemos cidadãos, visto que pertencemos a uma comunidade; temos obrigações que contribuem com o bom andamento dessa, bem como direitos conquistados. Mas, há momentos em que nossas atitudes comprometem a convivência social, geram conflitos no entendimento das relações entre cidadãos. Considerando que a sociabilidade se firma nas relações espontâneas, estabelecidas no cotidiano, é preciso destacar que ela não está presa às relações formais.

A sociabilidade é construída por meio da troca de valores sociais ligados materialmente ao grupo. Esta troca assume a forma de uma produção pessoal para o consumo auditivo e visual dos outros (a coletividade). A coletividade consome os valores gerados no grupo e o troca quando há uma circulação deste bem que é a base da *sociality*. A circulação de valores é feita como comunicação e este é o processo de constituição da sociedade (SANTOS e OLIVEIRA, 2008, p.145).

Hoje em dia, fala-se muito em perda de valores. Essa ideia não condiz com o princípio de que perdemos o que já foi adquirido anteriormente, portanto, a sociedade atual está carente de determinados valores, que possam comungar com o bem comum e isso difere de perda.

A crise de valores é indiscutível. A confusão mental e moral são evidentes na insatisfação de modelos político, econômico e social. A sonhada liberdade dos anos 60, por exemplo, projetou a tentativa de inverter os modelos praticados durante a ditadura, esse período foi marcado pela negação de tais modelos que, de certa forma, não atendiam aos verdadeiros interesses da vida em comunidade. Surgem experiências de práticas individuais que possibilitaram a construção de valores também individuais. O bem comum entra em crise e o egocentrismo ganha espaço. Com a conquista de ideais os “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2004, p. 39).

Tais colocações destacam que a cidade representa um espaço privilegiado da vida social, ela abriga grande parte da população e é nela que podemos encontrar diferentes manifestações que a vida em coletividade tende a se expressar. Manifestações

que atingem o visível como também o que está embutido nas paisagens que representam o espaço urbano, ou seja, o imaginário social que se revela de diferentes maneiras. Sandra Pesavento assim registrou:

A cidade é em si uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos, praças, mas sobre este 'real' os homens constroem um sistema de ideias e imagens de representação coletiva, ou seja, através de discursos e imagens, o homem re-apresenta a ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória (1997, p. 26).

Por ser espaço que abriga diferentes convivências, tanto sociais como do modo de produção, a cidade se faz do conjunto de cidades; das relações de diferentes lugares que vão entremeando o modo de ser urbano, no modo de dar visibilidade ao papel da cidade, que é feito de relações que tal espaço acolhe, absorve, exclui e assim, cria a sua identidade.

As necessidades da sociedade estão relacionadas com a capacidade de produção da sociedade, pois a relação que se estabelece entre o homem e meio é mediada pelo processo de trabalho, através do qual a sociedade produz o espaço no momento em que produz sua própria existência (CARLOS, 1994a, p. 31).

O espaço urbano representa construções que a vida em sociedade concretiza e que mantém seu movimento através das manifestações sociais, sendo percebido pelas suas desigualdades, ao projetar espaços díspares, em decorrência dos contrastes sociais. Carlos (1994b, p. 23) destaca que a cidade é um produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos.

Compreender o processo de construção do espaço como produto das relações sociais é também identificar aspirações que resultam na criação de necessidades de consumo que a vida, principalmente na cidade, nos induz a ter. Necessidades que vão diferenciando as paisagens que compõem a cidade, ao refletirem o padrão socioeconômico dos que a habitam. O espaço urbano aparece como mercadoria dotada de indivisibilidade, pois representa as infraestruturas ali instaladas. Santos (1986, p. 151) refere-se às infraestruturas como não descontínuas, pela sua própria natureza:

[...] Da mesma forma que, dentro do espaço urbano total, não se pode avaliar isoladamente uma rua asfaltada, uma outra encascalhada e uma outra artéria inteiramente desprovida de obras públicas. Todas são, lá

onde elas se encontram, uma manifestação local, mas íntegra, do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade [...].

Imagens e palavras correspondem às representações que fazem parte do imaginário social. Pesavento (2004, p. 78) destaca que “o imaginário urbano, como todo imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que se trata das representações urbanas”.

O complemento necessário para a ordem da sociedade está no imaginário. Entorno do imaginário central estão os imaginários secundários ou periféricos. É notório que a história só existe pelos elementos imaginários efetivos, pois os seres humanos comunicam e cooperam por meios simbólicos, que primeiramente está presente na linguagem e de outra maneira nas instituições. “[...] As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico [...] consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequências...)” (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

Diante do exposto, a sociedade assume características que nos reporta ao “mito de Pandora” e, segundo ele, “a deusa de todos os dons” ganha uma caixa que ao ser aberta escapam a senilidade, a insanidade, a doença, a inveja, a paixão, o vício, a praga, a fome e todos os outros males que se espalharam pelo mundo e tornaram a existência humana miserável. Como os mitos sofrem alterações à medida que são repassados, há os que dizem que a caixa foi fechada antes que a esperança escapasse; mas há a versão em que a esperança escapa, e é graças a ela que os homens conseguem enfrentar todos os males e não desistem de viver. Assim como no mito, a humanidade tem experimentado diferentes dores, a da indiferença, a das epidemias associadas ao abandono de autoridades, a da falta de moradia, educação, trabalho; a dor da falta de carinho, de reconhecimento e de tantas situações que fazem parte do cotidiano social. A superação está na esperança de que o diálogo entre governantes, comunidades, famílias, escolas e diferentes instituições, possa ser incansável e praticado, para possibilitar que a qualidade de vida em comum seja a meta que leve as pessoas a serem mais tolerantes, companheiras, humildes, otimistas, verdadeiras, justas, ponderadas, respeitadas, alegres, solidárias umas com as outras.

[...] Cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo onde vive, tentando cada vez fazer um conjunto

significante, no qual certamente devem encontrar lugar os objetos e seres naturais que importam para a vida da coletividade, mas também esta própria coletividade, e finalmente uma certa “ordem do mundo” (CASTORIADIS, 1982, p. 179).

Dessa maneira, para que a comunicação em grupo dê sentido para a vida, a ética é indispensável; pois proporciona possibilidades de convivência ao resguardar a dignidade do outro. Ela é necessária para ajustar o espaço de cada um, resultando em experiências coletivas importantes para a vida em sociedade, questionando medidas e alvos que possibilitem viver na perspectiva da paz, amenizando conflitos, sem sacrificar a liberdade de cada um. Não há liberdade que possa ser exercida sem o espaço social de solidariedade, em que é preciso superar a tão presente expressão, “a minha liberdade termina quando começa a do outro”, devemos expandir a nossa compreensão de liberdade para uma visão solidária, em que a minha liberdade também seja responsável pela liberdade do outro. Sendo possível reconhecer que somos indivíduos de uma mesma comunidade moral, que sejamos capazes de compartilhar e não limitarmos a liberdade uns dos outros.

[...] Agimos por reflexão, por decisão, por juízo. A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ética é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nós decidimos. [...] Só é possível falar em ética quando falamos em seres humanos, porque ética pressupõe a capacidade de decidir, julgar, avaliar com autonomia. Portanto, pressupõe liberdade.

A ética é um conjunto de princípios e valores que você usa para responder as três grandes perguntas da vida humana: Quero? Devo? Posso? (CORTELLA, 2009, p.106).

Essa liberdade tão sonhada há muito tempo é uma das metas da Organização das Nações Unidas (ONU), formalizada em 1948, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), fundamentada na dignidade e igualdade de cada ser humano como sujeito moral, jurídico, político e social. De acordo com a ONU, no ideal de direitos humanos está presente a compreensão de respeito à diversidade e à pluralidade. Assim, tal declaração, apresenta a visão contemporânea de valorar a vida, firmada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos. Universais, porque são para todos; indivisíveis, pois não podem ser vistos pela metade. “Dessa maneira, a DUDH pode ser um guia de referência para a análise dos conflitos de valores vivenciados em nosso cotidiano e para a elaboração de programas educacionais que

objetivem uma educação em valores” (ARAÚJO e AQUINO, 2001, p. 13). A DUDH apresenta ferramentas para responderem três grandes indagações: Quem tem direito? Por quê? Quais direitos?

Diante dessas questões está a compreensão de que a segurança, a identidade e a participação apresentam a essência para a contemplação do direito à cidadania. Pois, o princípio da segurança está relacionado, por exemplo, à segurança pessoal (integridade física, acesso seguro aos meios existenciais, a processos justos de julgamento) e o direito à vida (contra a execução); esse princípio conduz à aquisição de um padrão de vida adequado, que diz respeito a um direito econômico fundamental, bem como direitos sociais importantes, como saúde, educação e segurança social. Já o princípio da identidade refere-se à totalidade de uma pessoa, é o direito de expressar a sua cultura, linguagem, pensamento, religião, tanto individual quanto em grupo. A participação na vida produtiva e política de uma comunidade, por exemplo, é um dos princípios éticos, que se faz incluir o direito à alimentação, à moradia, ao trabalho, à educação. Dentre os princípios apresentados na DUDH, o primeiro artigo é de fundamental importância: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem proceder uns em relação aos outros com espírito de fraternidade” (ARAÚJO e AQUINO, 2001, p.29).

Nesse contexto a percepção do direito se difere entre os indivíduos, conforme o que julgam ser de sua necessidade. E a vida em sociedade implica na junção de indivíduos com diferentes ideais e, para que ela possa manter-se em harmonia é de extrema importância o papel que cada um exerce no meio em que vive; sendo o mesmo representado por obrigações. O não cumprimento das obrigações em sociedade concebe a fragilidade de direitos de tantos outros membros que essa representa. Desse modo uma preocupação ética, que seja pertinente, pode ser transformada em direitos humanos, no entanto eles não são direitos acabados, precisam permanecer como ponto de preocupação para debates e grandes reflexões. E, sobretudo, de ações, que são afirmadas e promovidas entre brasileiros, latino-americanos como também nos diferentes cantos do mundo, marcados pelos sofrimentos, pelas restrições e pelo descaso em relação ao outro. O discurso deve ser universal e indissolúvel, como rege a DUDH. Devemos atuar e não sermos simplesmente telespectadores. O objetivo maior deve ser o de alcançar a união do ser humano e promover a reconstrução da vida em harmonia familiar e na comunidade.

Se quisermos, dessa maneira, promover a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais frente à competição estabelecida pela sociedade atual, que direta ou indiretamente está inserida no processo de globalização, é indispensável percebê-la em uma perspectiva que não seja necessariamente dentro de uma simetria global. Porque os recursos e caminhos não são os mesmos para todos, e os desafios são grandes. E eles não param, surgem em diferentes situações, como as que nos colocam frente à realidade que se faz na indiferença e que, indiscutivelmente, devemos vencer. Portanto, é indispensável promover o respeito à diversidade e combater a intolerância. Pois, a grande questão está justamente na reflexão sobre: Que tipo de cidadão representamos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. *Os Direitos Humanos na Sala de Aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994a, 2ª edição.

CASTORIADIS, Cornelis. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORTELLA, Mario Sergio. *Qual é a tua obra?: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2006, 4ª edição.

PESAVENTO, Sandra Jutahy. A cidade maldita. In: PESAVENTO, Sandra; SOUZA, Célia Ferraz de. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jutahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, Jocyléia Santana dos; OLIVEIRA, Maria de Fátima. Sensibilidades e Sociabilidades no Ensino de História. In: PESAVENTO, Sandra Jutahy (org.) *Sensibilidades e sociabilidades: perspectivas de pesquisa*. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª edição.

Recebido em 02 de julho de 2013.

Aprovado em 12 de julho de 2013.